

A “Folha da Manhã” de 1925 a 1930: perspectivas do jornalismo sobre a cidade¹

Adriana Campos KIMURA²

Célio José LOSNAK³

UNESP - Bauru - São Paulo

RESUMO

O presente texto objetiva apresentar parte do estudo sobre periódico *Folha da Manhã*, através da leitura das edições publicadas entre 1925 e 1930, com foco de abordagem no conteúdo, abarcando o tema da cidade/urbano e a representação do jornalismo. Com metodologia de análise de conteúdo histórica, e tendo como referências as teorias problematizadoras da produção da notícia, o trabalho fará mapeamento e análise dos textos sobre a cidade de São Paulo, buscando identificar menções às transformações, carências, problemas, necessidades e virtudes da urbe, bem como a abordagem em torno dos agentes sociais, incluindo o jornalista.

Palavras-chave

Imprensa; cidade; jornalismo; história; São Paulo.

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduanda do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da FAAC-UNESP, email: adrianac.kimura@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Jornalismo da FAAC-UNESP, email: losnak@faac.unesp.br

OBJETIVOS DO ARTIGO E DA PESQUISA

Esta pesquisa procura delinear uma abordagem do jornalismo de cidade no contexto de transformação da imprensa brasileira no início do século XX, com referência e foco específicos na década de 1920, em São Paulo. Para tanto, procura-se explorar o levantamento histórico da trajetória do jornal *Folha da Manhã* através da leitura do periódico, edição por edição, de 1925 a 1930, à procura de textos e elementos reveladores quanto à perspectiva do jornal como atuante nas dinâmicas urbanas e na vida social paulistana do período referenciado.

A temática se estende a dois importantes aspectos da análise: um se associa às características intrínsecas da imprensa, bem como a seus elementos linguísticos, técnicos e profissionais; e o outro se debruça mais especificamente sobre o tema da cidade e suas abordagens jornalísticas. Para ambos os percursos de análise, foram utilizadas referências bibliográficas alinhadas à temática em concordância com os elementos observados pela leitura do jornal. Alguns temas de referência elencados a título de organização e classificação dos elementos observados são: perspectiva cosmopolita da cidade, trânsito e infraestrutura, sanitarismo intervencionista, estigmas sociais e moralidade, jornalismo na cidade, manifestação dos leitores e dinâmica com o público, comunicação na cidade e vida urbana.

No âmbito da imprensa, foram consideradas observações quanto à linguagem, às técnicas jornalísticas de apuração e produção da notícia e aos elementos de influência nas dinâmicas e valores da cidade a partir do jornal. Analisa-se, portanto, a perspectiva da *Folha da Manhã* como atuante no contexto da imprensa respectiva do período e no aspecto dos impactos urbanos delineados pela sua atividade.

CONTEXTO DE SURGIMENTO E CARACTERÍSTICAS DO JORNAL

Os anos de 1920 foram um período de grande efervescência e instabilidade política no Brasil. A Política do Café com Leite, comandada pelas elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais, era bastante criticada pelos empresários da indústria, oligarquias dissidentes e classes médias em ascensão. O abandono das demais regiões, associado às condições de miséria a que eram submetidas as classes populares e à falta de incentivos à indústria, geraram movimentações transformadoras que culminaram na Revolução de 1930 (FAUSTO, 1984).

Diante das forças de oposição do período, muitos jornais se posicionaram contra o Governo, para questionar e exigir mudanças. Era o caso do jornal *O Estado de S. Paulo* que, conforme se observa através da leitura de *O Bravo Matutino*, de Maria Helena Capelato, se apresentava enquanto oposição na medida em que manifestava uma postura “contra tudo isso que está aí”. Grande parte desses periódicos atendia às oligarquias dissidentes e aos empresários industriais. Havia, no entanto, uma parcela significativa da população que vivia à margem da política e das instâncias de poder. Operários, imigrantes e trabalhadores em geral não eram representados pela imprensa, nem mesmo no caso de jornais oposicionistas.

A *Folha da Noite* e a *Folha da Manhã* ocupam espaço lançando-se como dois jornais que atendessem ao público a que não se dirigiam os demais jornais: as classes populares e a classe média. Conforme diziam seus diretores, a *Folha da Noite* “seria um jornal leve, informativo e crítico, jornal de notícias rápidas e mais acessível ao povo. Sério

nos objetivos mas sem o ser nas maneiras como soem os matutinos” (CAPELATO, MOTA, 1981, p. 26).

A caricaturização e o emprego de notícias simples e diretas eram a tentativa de atingir ao público leitor a que se destinava o diário. A proposta de uma linha editorial popular “não significava deixar de ser um jornal político” (CAPELATO, MOTA, 1981, p. 27). Assim, embora houvesse um apelo noticioso, a *Folha da Noite* - e, depois, a *Folha da Manhã* - também atuava na crítica, com a formação para além da informação. Esses direcionamentos correspondiam aos objetivos de formar determinado público leitor e de seguir o perfil do ideal de jornalismo para seus diretores, especialmente no que diz respeito a Olival Costa. Capelato e Mota (1981) argumentam que a Folha buscou ser o mediador entre as classes populares e o governo. Criticar a atuação governamental seria um princípio de trabalho. As campanhas realizadas expressavam o perfil do periódico, concentrando-se em temas populares e urbanos.

ATUAÇÃO FISCALISTA URBANA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Assim como parte dos jornais da época, a *Folha a Manhã*, de 1925 a 1930, se caracterizava pelo oposicionismo ao governo, tanto no nível nacional, quanto estadual e municipal. No entanto, sua atuação não se direcionava a intervir em disputas político-partidárias, mas concentrando-se em temas urbanos e relativos às classes populares. Como pode-se concluir a partir da leitura de Capelato e Mota (1981), o conteúdo do periódico procurava denunciar as falhas do poder público em atender a população maltratada e dizimada em consequência de misérias e doenças, pelo analfabetismo e pela inércia cívica.

No âmbito das denúncias e das representações dos direitos da população, verifica-se, através da análise do jornal, a presença de diversas notícias - muitas vezes embasadas em denúncias via cartas de leitores - e reportagens sobre as condições urbanas e as necessidades sanitárias da cidade. Ruas esburacadas, regulamentação de construções, coleta de lixo, solicitações de intervenção do poder público, acidentes de trânsito, condições de uso das vias públicas... Os temas relativos à cidade aparecem, constantemente, como forma de cobrança às instâncias públicas e como recurso para a comunicação na dimensão da cidade. Há, portanto, a verificação do elemento fiscalista urbano e da característica de serviço público - apesar disso, é importante que não se deixe de mencionar o aspecto comercial atribuído à atividade jornalística, associado à publicidade e às exigências financeiras do jornal enquanto empresa.

A atuação da *Folha da Manhã* enquanto instituição participante das dinâmicas da cidade se destaca, na leitura do periódico, através dos textos e publicações referentes a solicitações do público leitor, diante de situações que exigem interferência dos poderes públicos. A pesquisa de Capelato e Mota (1981) apresenta transformações no posicionamento político-editorial do jornal. No que se refere à fase de 1925 a 1930, os estudos apontam para um periódico que, na tentativa de minimizar as lutas entre classes, intercede pelas camadas menos favorecidas, em direção à inclusão, e se configura como um “termômetro” das relações sociais. Essa trajetória, ao que se pode observar, acompanha uma lógica de fiscalizar o Governo para se firmar como um jornal popular e político: “Fazer política não é só governar, não é só concorrer às eleições... É principalmente fiscalizar o Governo, dando debate sereno e franco aos desmandos governamentais”.

No aspecto da fiscalização e no que diz respeito às maneiras de fazer jornalismo, é necessário destacar que a leitura do periódico revela a articulação da atividade jornalística na apuração via consulta de fontes e órgãos oficiais. Especialmente no que se refere às notas policiais, a principal visão articulada nas páginas do jornal é a dos delegados responsáveis, as autoridades. No século XIX, com o surgimento da imprensa, a vertiginosa expansão dos jornais ocasionou uma série de modificações na atividade jornalística. Em *Pena de Aluguel*, Cristiane Costa nos atenta para a questão da mão-de-obra e das técnicas no jornalismo nesse período. Empregando escritores e utilizando técnicas da literatura, a atividade jornalística ainda não havia se consolidado enquanto profissional e independente, ou seja, “na virada do século XIX para o XX, os campos literário e jornalístico ainda não eram tão distintos assim” (COSTA, 2005, p.33). O século XX abriu possibilidades para o jornalismo com a inauguração das técnicas de reportagem e entrevista em conceito moderno. João do Rio seria, conforme delineia Cristiane Costa, o primeiro repórter a ir para às ruas - o que transformaria a crônica em reportagem, com base na valorização da experiência do repórter como fonte de informação.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Um viés metodológico de referência para a pesquisa é a abordagem do jornal em perspectiva histórica, identificando o veículo como um agente histórico, situado no tempo e espaço, que dialoga com processos comunicacionais de sua época e do passado, posiciona-se politicamente e culturalmente diante dos temas do momento, define aliados e opositores, silencia em relação a segmentos sociais e a acontecimentos considerados inexpressivos (BARBOSA; RIBEIRO, 2005, 2009). *A Folha da Manhã* é pensada, nesta

pesquisa, como um agente do período e uma fonte que nos informa sobre facetas da produção periódica impressa na São Paulo dos anos 1920.

Nesse aspecto, diversas são as conclusões a que podemos chegar diante da leitura e análise de determinados textos encontrados na *Folha da Manhã* no que se refere ao tema da cidade no período de 1925-1930. A partir da confluência de conceitos derivados de teoria da cidade e elementos da imprensa no contexto urbano, pode-se delinear a trajetória da *Folha da Manhã* através da leitura do jornal que, embora se caracterize por uma abordagem mais diretamente vinculada ao fato – Olival Costa defendia o protagonismo dos acontecimentos nas notícias -, não deixa de revelar dimensões simbólicas de seu posicionamento e atuação.

No decorrer da leitura do jornal, pode-se notar o surgimento de novas seções que acompanham as necessidades enfrentadas pelo jornal no que diz respeito à diversificação e à segmentação do público. Para além da representação dos temas do urbano, é possível verificar a preocupação linguística em se fazer acessível aos leitores nas articulações com o público. São apresentadas ações de contato direto com os consumidores do jornal, bem como a dedicação da *Folha* às solicitações de seus leitores, via cartas e visitas à redação.

TEMAS DO URBANO E CONSTRUÇÃO DE VALORES

A questão do trânsito, a exemplo de tema urbano, amplamente abordado em notícias factuais, geralmente sobre acidentes entre automóveis, bondes e ônibus, revela grande expressividade enquanto termômetro dos fenômenos industriais que acometiam a cidade de São Paulo em sua dinâmica urbana. A seção "perigo das ruas", em associação com anúncios sobre exposições de automóveis, bem como o culto à comercialização dos "Fords", o

surgimento da comercialização de apólices de seguros contra acidentes e a persistência do tema dos desastres no trânsito demonstram duas perspectivas importantes: há, por um lado, a preocupação com a defesa da tranquilidade pública, em exaltação da atividade policial e da cobrança de postura das autoridades quanto à fiscalização nesse sentido; por outro lado, observa-se o acirramento da movimentação nas vias públicas, de maneira que o espaço urbano se configura como ambiente cada vez mais hostil à convivência dos cidadãos – especialmente as mulheres, crianças e pedestres.

Ainda no contexto dos espaços públicos, o jornal aponta para os problemas quanto à iluminação pública, à repressão das ações de ladrões e assaltantes, à defesa da circulação irrestrita dos cidadãos pela cidade, à cautela quanto ao comportamento reprovável e imoral de embriagados, criminosos e aliciadores da prostituição e do vício (em jogos ou em entorpecentes), ao ritmo de trabalho e atividades na dinâmica da cidade, entre outros temas – tais elementos são abordados, por vezes, a partir de cartas dos leitores. Algumas das abordagens do periódico corroboram a manutenção de uma ordem vigente, com espaços e funções definidos pelas demandas financeiras, culturais e industriais referentes ao período.

Raquel Rolnik aponta para uma redefinição do espaço público dimensionada na virada do século XIX para o século XX. A recém instalada iluminação urbana a gás e a regularidade das fachadas conferem ao espaço público uma nova característica de circulação exclusiva, “sem a indesejável presença dos chamados profissionais das ruas” (ROLNIK, 1997, p. 34). Esse contexto de transformação ambientado pela sociedade do café transfere a respeitabilidade burguesa para a lógica de limpeza das vias públicas para uso da sociedade e acentua os contrastes, já presentes no Brasil desde o período colonial, entre os domínios público e privado na cidade. Nas páginas do jornal, esses elementos são

apresentados pela constante preocupação com a otimização da circulação nas vias públicas (com os investimentos em pavimentação, regulamentação do comércio nas ruas, solução de problemas de escoamento e buracos...) e pelas articulações apresentadas entre o tema da circulação urbana, o acesso aos espaços da cidade e a própria condição social vinculada a tais restrições.

As formas de aplicação da atividade sanitária - amplamente representadas em seções destinadas à "educação sanitária", bem como na articulação entre desenvolvimento intelectual, qualidade moral e higienismo - se articulam de maneira peculiar no que diz respeito à moradia de baixa renda. Conforme aponta Nabil Bonduki (2013, p. 20), “o problema da habitação popular no final do século XX é concomitante aos primeiros indícios de segregação espacial”. A demarcação dos espaços em territórios sociais acontece a partir da estipulação de preços para essas habitações (ROLNIK, 1997) - os terrenos mais baratos apresentavam condições sanitárias precárias e as intervenções típicas em áreas centrais acentuavam as diferenças entre bairros de elite e localidades populares. Ao passo que as redes de infraestrutura da cidade cresciam em ritmo mais lento que o necessário, as habitações populares eram desqualificadas e desconsideradas pela administração pública:

Frente à expansão da cidade, o poder público encontrou dificuldades - além de desinteresse, no caso dos bairros populares - para atender a tantas solicitações. Os problemas que mais preocupavam as autoridades eram os que agravavam as condições higiênicas das habitações, dado que no final do século XIX foram inúmeros os surtos epidêmicos que atingiram as cidades brasileiras. (BONDUKI, 2013, p. 18)

Muito embora a *Folha da Manhã* tenha articulado seu discurso editorial, desde o princípio, sob o argumento da fiscalização urbana em defesa dos direitos dos cidadãos e em cobrança aos poderes responsáveis, suas abordagens também representavam a difusão de

determinados conceitos segregacionistas no espaço urbano. As notícias veiculadas pelo jornal, apesar de estarem diretamente vinculadas aos fatos, autorizavam e legitimavam, a exemplo desse processo, a ação da Polícia de Costumes – que se configurava basicamente como um órgão de repressão às atividades consideradas "imorais", "reprováveis" –, além de exigir ações mais ostensivas no sentido da fiscalização da vida pública (bailes, jogos, bares, parques) e das providências sanitárias. Esses textos colaboravam para a manutenção de uma ordem pública que era, ao mesmo tempo, pelo bem e pela repressão da vida na cidade.

Os efeitos da crise urbana aliados à diferenciação social dos espaços garantiam à elite “áreas de uso exclusivo, livres de deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos” (BONDUKI, 2013, p. 20). É possível notar, através dos anúncios apresentados pelo jornal e, também, nas características de textos que focam nos problemas das classes populares, que a acessibilidade de determinados bairros e terrenos era delineada por motivação e limitação financeiras. O texto de título "Os nossos bairros abandonados – a prefeitura precisa olhar um pouco pelos bairros operários", a esse exemplo, apresenta reclamações sobre as condições das vias públicas no bairro do Bom Retiro:

"A varzea desse bairro, inteiramente desprezada pelos poderes do município, contando milhares de habitantes, está que é uma lastima. Ruas imundas onde o capim cresce abundante, esburacadas e sem iluminação, e o que é pior, sem um soldado em todo o bairro" (Folha da Manhã. p.2, 26/11/1925).

Aponta-se que as promessas de antes das eleições não são cumpridas e que os poderes públicos ignoram as demandas dos bairros de operários. O texto faz relatos detalhados das condições do bairro e fundamenta uma crítica direcionada ao governo, quanto à inércia diante da precariedade de bairros populares: "O povo tudo vê, tudo anota. Os poderes publicos, porem, cerram os olhos para não ver e tapam os ouvidos às repetidas e

justas queixas dos prejudicados" (*Folha da Manhã*, p.2, 26/11/1925). Soma-se a essa questão a indignação transmitida por textos que denunciavam problemas urbanos em vias centrais e zonas nobres da cidade – a falta de recursos para bairros abastados era ainda mais revoltante e intolerável.

Quanto às regiões populares, o baixo preço dos terrenos e a facilidade de transporte de produtos de algumas regiões próximas a rios (Tamanduateí e Tietê) e ferrovias ocasionou um crescimento acelerado de bairros como Brás, Bom Retiro, Mooca, Água Branca, Lapa e Ipiranga, que seriam “marcados pela paisagem de fabriquetas, casebres, vilas e cortiços” (ROLNIK, 1997, p.78). A *Folha da Manhã* apresenta anúncios e textos no sentido de incentivar a compra de terrenos populares nesses bairros, da parte dos operários e imigrantes.

Ainda na perspectiva disciplinadora e intervencionista das elites e do governo, Rolnik sinaliza para a construção da legalidade urbana em São Paulo. A autora aponta para uma divisão de tempos a que corresponderia uma divisão do espaço:

tempo para trabalhar na fábrica, no escritório ou na loja; tempo para a movimentação de um espaço para outro, nas ruas; tempo para o prazer, nos cafés, cabarés, bordéis ou bares. Qualquer espaço que misturasse esses tempos estava destinado a ser estigmatizado como desviante. (ROLNIK, 1997, p. 84-85)

Nesse aspecto, a condição marginal era determinada principalmente através da inversão ou sobreposição dessas segmentações. Todo aquele que estivesse em espaço inadequado para determinado momento ou atividade era convidado a se retirar e estigmatizado por sua prática suspeita. A polícia comumente ordenava que fossem “circulando” aqueles que se prostravam em locais inapropriados. O texto “Onde a moral sae

arranhada – o perigo dos parques de diversões”, publicado pela *Folha da Manhã* em dezembro de 1925, sinaliza para os perigos dos parques de diversões, que eram locais afastados da cidade em que ocorriam jogos, atividades consideradas promíscuas. O que se aponta é a atividade fora das dinâmicas legitimadas pela cidade, ao que se responderia com repressão e fiscalização. Nesse sentido, os textos do jornal também apontam para o limiar de separação entre um crime e uma desaventurança; crianças que se dão por desvirtuadas em comportamento reprovável, namorados que ultrapassavam os limites da autorização pública, diversos são os casos em que as atitudes de determinados cidadãos são consideradas imorais e, conseqüentemente, são criminalizadas.

Assim, embora a *Folha da Manhã* atue no sentido de representar as demandas dos cidadãos – inclusive dos marginalizados -, seu posicionamento corrobora ações e convoca atitudes opressoras da parte das autoridades públicas. É nesse aspecto que o periódico se revela potencializador e legitimador da lógica de segregação dos espaços e de conservação das atividades urbanas conforme os modelos de produção.

Investigar como a cidade é pensada e representada pela imprensa é uma caminho para desvelar um viés jornalístico do periódico em pauta. O culto à pormenorização dos fatos nos conduz à interpretação de um posicionamento que se revela para além das convicções político-partidárias, que se revela através da veiculação de acontecimentos ou, até mesmo, no tipo de providência requisitada pelo jornal. Utilizar os registros da *Folha* para essa investigação é compreender uma faceta do posicionamento editorial e identificar afinidades com os segmentos populares, e também com as classes dominantes e o poder público.

CONCLUSÕES

A análise dos primeiros cinco anos de circulação da *Folha da Manhã* possibilita a percepção de alguns temas no âmbito urbano, bem como observações quanto à linguagem e às estratégias utilizadas pelo periódico. O perfil da cidade de São Paulo no início dos anos 1920 é delineado nessa perspectiva, através dos crimes noticiados, dos conflitos expressos pelos textos, dos tipos de reclamações apresentadas como prioridade pelos próprios leitores, pelas preocupações dimensionadas em artigos opinativos, quanto a empresas fornecedoras de serviços públicos e quanto às necessidades da cidade. Alguns temas se destacam e se modificam a partir da especialização das seções e da permanência de determinados assuntos. Estão expressos nos textos do jornal os hábitos da vida nas vizinhanças, as cobranças quanto à Polícia de Costumes na influência exercida sobre a moral da convivência urbana, o protagonismo do tema da circulação de veículos – mencionado em textos sobre vias de trânsito dificultoso ou impedido, bem como através da persistência dos acidentes e atropelamentos – e as articulações entre sanitarismo e condições sociais.

O contexto em que surge a *Folha da Manhã*, somado às considerações quanto a seus cinco primeiros anos de circulação, no que diz respeito especialmente ao tema da cidade, revelam um periódico participante nas dinâmicas do urbano. O jornal atua como recurso democrático para seus leitores e possibilita articulações políticas através de seu papel de porta-voz. O tema da cidade aparece, cada vez mais, como um espelho das relações que o jornal estabelece com o cidadão. Nesse sentido, a seção reservada ao tema urbano não está fisicamente disposta como dedicada à cidade, mas pode ser observada nos serviços prestados aos cidadãos. O posicionamento em defesa de determinadas causas e a persistência de alguns assuntos são determinantes para as perspectivas do periódico.

Da relação com o público, depreende-se, ainda, uma questão não explorada no presente artigo, mas que compõe a referida pesquisa, relacionada às modalidades textuais e ao amadurecimento do gênero jornalístico no período. Derivados da literatura – e resultado da mão-de-obra, muitas vezes, de escritores – muitos dos textos analisados cumprem o papel de entretenimento na aproximação com os leitores. Há uma preocupação constante em se fazer não só compreendido como atraente para o público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, N. A produção rentista de habitação e o autoritarismo da ordem sanitária. In: _____. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 5. ed. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2011.

BRESCIANI, M. S. M. As Sete Portas da Cidade. **Espaço e Debates**, n. 34. 1991. P 10-15.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O Bravo Matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, M. H.; MOTA, C. G. **História da Folha de S. Paulo: 1921-1981**. São Paulo: IMPRES, 1981.

CAPELATO, M. H. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: Camilotti, V. C.; NAXARA, M. R. C., SILVA, F. T. da. **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora Unimep, 2003. p. 139-150.

CARR, E. H. **O que é história?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

COSTA, C. **Pena de Aluguel**. Escritores jornalistas no Brasil 1904-2004. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2005.

DARNTON, R. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: o **Beijo de Lamourette**. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, p.70-97.

DECCA, E. de. O estatuto da história. **Espaço e Debates**, n. 34. 1991. P 7-10.

FAUSTO, Boris. A revolução de 30. In: MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. 14ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 227- 255.

FILHO, N. G. R. Sobre a História da Urbanização – História Urbana. **Espaço e Debates**. N.34. 1991. p.15-18.

FOLHA DA MANHÃ. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1925-1930 . Diário.

GUIMARÃES, V. Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 323-349 - 2007.

LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana: Imagens e representações**. Bauru: Edusc, 2004.

LOSNAK, C. J. O Jornalismo e a cidade. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

ROLNICK, R. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp 1997.

ROLNICK, R. **O que é cidade**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1988.

SEVCENKO, N. Fragmentação, simultaneidade, sincronização: o tempo, o espaço e a megalópole moderna. **Espaço e Debates**, n. 34. 1991. p 18-22.

SODRÉ, N. W. **A História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. V.1. Florianópolis: Insular, 2005.